OS “CABULAS” DE SALVADOR: CONFRONTANDO AS DELIMITAÇÕES DE 1992 E 2010

Jamile de Brito Lima[1]
João Soares Pena[2]
Rosali Braga Fernandes[3]

RESUMO: O presente trabalho tem o intuito de investigar a importância da delimitação de bairros no contexto da cidade de Salvador - Bahia, em especial como esse processo afeta a região do Cabula, foco deste estudo. Para tanto recorreu-se ao método dedutivo, além de entrevistas com estudiosos da área. A partir de uma discussão teórica sobre temas como espaço, região e bairro e do breve histórico sobre as regionalizações propostas para Salvador é construído um arcabouço teórico fundamental para o entendimento da complexidade do tema tratado. Para melhor elucidar a questão da delimitação de bairros fazemos um comparativo entre as delimitações propostas para o bairro do Cabula em 1992 e 2010, seus critérios e pontos críticos. Por fim, algumas sugestões são colocadas como medidas mitigadoras dos problemas apontados neste trabalho.

Palavras-chave: Bairro, Salvador, Cabula

***Eje temático**: URBANO.*

- **Introdução**

O bairro é a unidade espacial inserida no tecido urbano onde são realizadas várias das atividades humanas (moradia, trabalho, lazer, etc.). É no bairro que também são percebidas, com mais facilidade as relações de pertencimento.

Compreendendo a importância do entendimento dessas relações e também para a busca de uma unidade territorial comum a todos os órgãos de planejamento e gestão municipais, a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), em conjunto com outros órgãos, realizou um estudo acerca dos bairros soteropolitanos com o intuito da atualizar a antiga malha de bairros da cidade.

Este trabalho tem por objetivo estudar a delimitação de bairros dentro do contexto da cidade de Salvador, porém devido à complexidade do município no tocante a sua configuração espacial, o bairro do Cabula foi eleito como objeto de estudo de caso, devido ao fato de ser um importante bairro do Miolo de Salvador e que hoje passa por profundas transformações no âmbito de sua conformação e do padrão habitacional.

---

[1] Bacharel em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil.
[2] Bacharel em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil.
[3] Doutora em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona (UB), professora da UNEB, Brasil.

Aqui, são comparadas as delimitações propostas para o Cabula em 1992 (FERNANDES, 1992, 2003) e em 2010 (PMS 2010).

- **Conceitos estruturantes: espaço e bairro**
  - **Espaço: um conceito fundamental**

Já nas discussões teóricas sobre o conceito de espaço outros termos de igual relevância são levantados. Aqui destacaremos, além de espaço, o conceito de bairro.

São muitos os autores, e de diversas formações profissionais, a aprofundar as análises sobre espaço. Uma das contribuições importantes é feita por Harvey (2001) apud Braga (2007), para ele "o espaço é tido como construção do homem e não como algo dado; é o seu cotidiano" (p.69).

Harvey contribui ainda à medida que aponta três diferentes abordagens acerca do espaço: espaço absoluto, relativo e relacional. O conceito de Harvey sobre o espaço será de fundamental importância para a melhor compreensão da discussão aqui tratada.

Pena (2010) cita Harvey (1980) e traz a conceituação dessas abordagens do espaço, dessa forma o espaço absoluto é:

> [...] o espaço em si mesmo [...] "ele possui então uma estrutura que podemos utilizar para classificar ou para individualizar fenômenos" (p.4). Então não há duas parcelas de terra ocupando exatamente a mesma localização, o que dá ao espaço absoluto um caráter singular. (PENA, 2010, p. 22)

Ainda com base em Harvey, Pena conceitua espaço relativo:

> [...] pode-se considerar o espaço relativo, pois "a caracterização de um espaço relativo propõe que ele deve ser entendido como uma relação entre objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam" (p.4-5). O espaço relativo está ligado aos meios de transporte e à acessibilidade que fazem com que as partes do tecido urbano se comuniquem espacialmente. (PENA, 2010, p.22)

Acerca de espaço relacional Harvey (1980) *apud* Pena (2010) considera-o "como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos" (p 22, 23).

Para tornar ainda mais claros os conceitos de espaço absoluto, relativo e relacional, Fernandes, em suas aulas, relaciona espaço a valor e esboça diagramas que foram trazidos na forma das figuras que seguem.

A figura 1A traduz o espaço absoluto, pois ao comparar terrenos com as mesmas dimensões, porém com topografia totalmente diferente (uma bastante acidentada e outra plana) chega-se à conclusão de que o terreno B terá um valor maior, pois é mais propício à ocupação que o terreno A. dessa forma o espaço absoluto / valor absoluto tem relação com as características físicas.

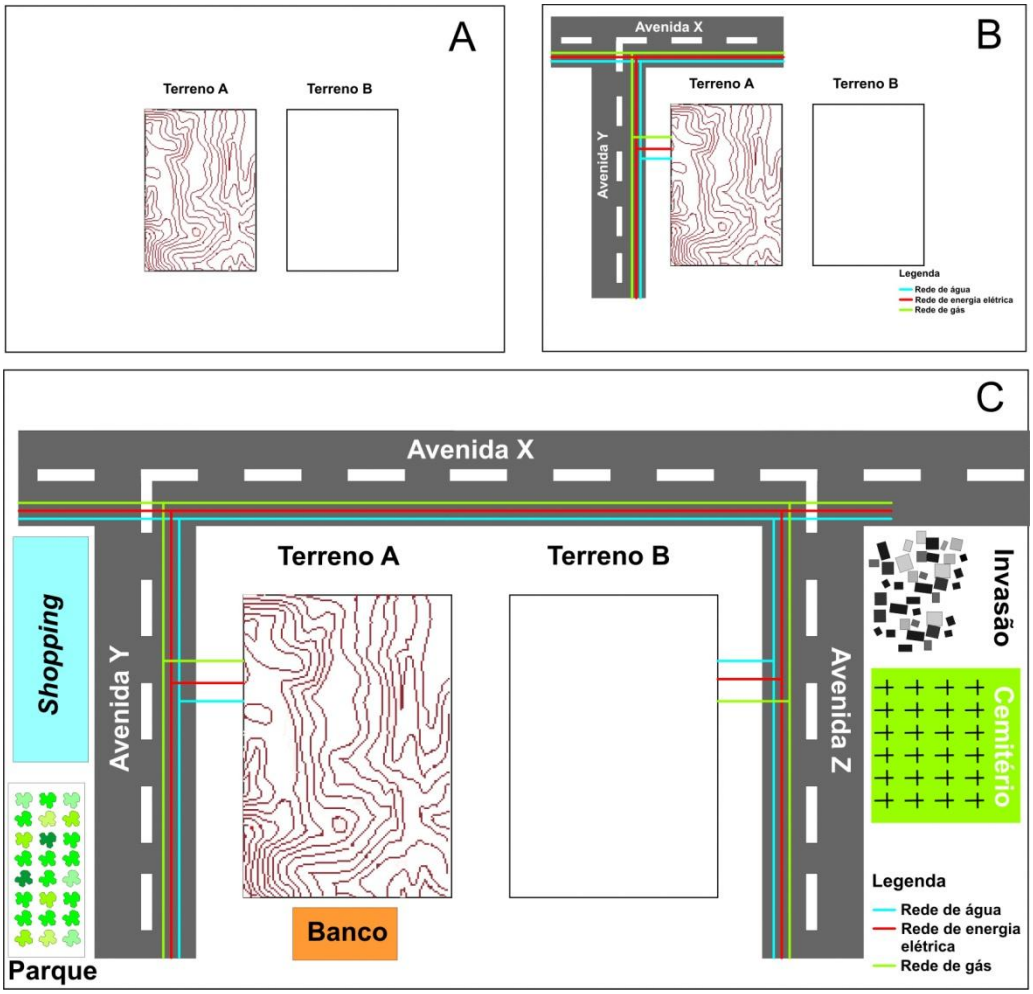


Figura 1A: Espaço Absoluto, 1B: Espaço Relativo e 1C: Espaço Relacional
Fonte: Elaborado por FERNANDES, LIMA e PENA (2010)

A figura 1B já acrescenta outras variáveis à análise. Trata-se do espaço relativo / valor relativo. Neste é importante considerar as conexões, as diversas redes de serviços (água, energia elétrica, gás, etc.). Neste caso o terreno A possui um maior valor em relação ao terreno B devido as suas conexões, mesmo possuindo uma topografia acidentada.

O espaço relacional / valor relacional demonstrado na figura 1C indica que mesmo quando as redes de serviços e as conexões estão disponíveis para os dois terrenos ainda há outra variável que interfere no valor, que é a vizinhança. Neste caso, por estar próximo a serviços como banco, *shopping center* e parque o terreno A (apesar de sua topografia bastante acidentada) ainda é mais atraente que o terreno B (um local totalmente plano), devido à vizinhança que o torna mais valioso.

- **O Bairro: unidade espacial, conceito popular**

Ao longo de sua história, Salvador esteve regida por inúmeras divisões territoriais e ainda hoje alguns dos mais importantes órgãos, tais como Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (SEDHAM), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), entre outros, utilizam regionalizações próprias a fim de viabilizar o trabalho a ser realizado por cada instância.

Porém, no âmbito popular essas regionalizações específicas não consideram o sentimento de pertencimento e sequer são conhecidas pelos soteropolitanos, que reconhecem Salvador regionalizada em bairros, os quais, até, não possuem uma divisão oficial.

Ao tentar responder à questão do conceito de bairro dentro da produção teórica existente , constatamos a quase inexistência de material a respeito do que vem a ser o conceito de bairro. É estranho que uma palavra tão utilizada popularmente não seja tema de discussões teóricas mais aprofundadas.

Um termo bastante discutido no meio acadêmico e que se aproxima, (porém não se iguala) ao conceito de bairro é a Unidade de Vizinhança (UV). Segundo Barcellos pode-se conceituar a UV desta forma:

> Unidade de Vizinhança é segundo a formulação original do início do século 20 uma área residencial que dispõe de relativa autonomia com relação às necessidades quotidianas de consumo de bens e serviços urbanos. Os equipamentos de consumo coletivo teriam assim sua área de atendimento coincidindo com os limites da área residencial. (BARCELLOS, s.d., s.p.)

A partir deste conceito fica claro que o termo bairro está relacionado com uma sociabilidade tradicional, com uma relação de vizinhança natural que se perde com o passar dos anos e especialmente após a Revolução Industrial.

A partir da análise do conceito de UV, percebemos que este, seria, grosso modo, um “bairro planejado”, uma área milimetricamente calculada. De certa forma todo esse planejamento é interessante, pois há uma grande preocupação com as pessoas, com o conforto dos habitantes desta localidade. Por outro lado, percebemos que há um esforço de promover relações que nascem, normalmente, de forma espontânea, especialmente em locais mais populares.

Diante de todas as análises feitas acerca da produção existente sobre o conceito de bairro, Lima (2010) traz o conceito que consideramos ser o mais completo:

> Unidade espacial, componente do espaço urbano, conectado ao tecido urbano através de vias de acesso, espontaneamente constituído, que possui em sua área oferta de serviços básicos de educação, transporte, saúde e comércio de primeira necessidade (padarias, pequenos mercados, pequenas lojas), e que possui uma população consciente da sua condição de pertencimento a este local. (LIMA, 2010, p. 24)

- **Divisão territorial de Salvador: um breve histórico**

Salvador possui um histórico bem extenso de regionalizações do seu território. Isto se explica, também, por ser a primeira cidade fundada no Brasil. Para descrever as regionalizações propostas para Salvador é possível recorrer a inúmeras leis e decretos que discorrem a respeito do tema.

Segundo Fernandes (1992), do século XVI ao final do século XIX, a capital baiana passou por um grande número de regionalizações. A primeira delas está vinculada à própria topografia de Salvador - “Cidade Alta” e “Cidade Baixa”. Ainda no século XVI outra divisão territorial é instituída em Salvador. Eram as chamadas freguesias. Com base em alguns autores, Fernandes (1992, p. 110) afirma que: “freguesias eram delimitações territoriais feitas pela igreja, que se caracterizavam como as menores unidades eclesiásticas sendo sediadas pelas respectivas igrejas matrizes e estavam sob a responsabilidade dos párocos correspondentes.”

A seguir uma figura que traz a configuração da cidade de Salvador dividida em freguesias

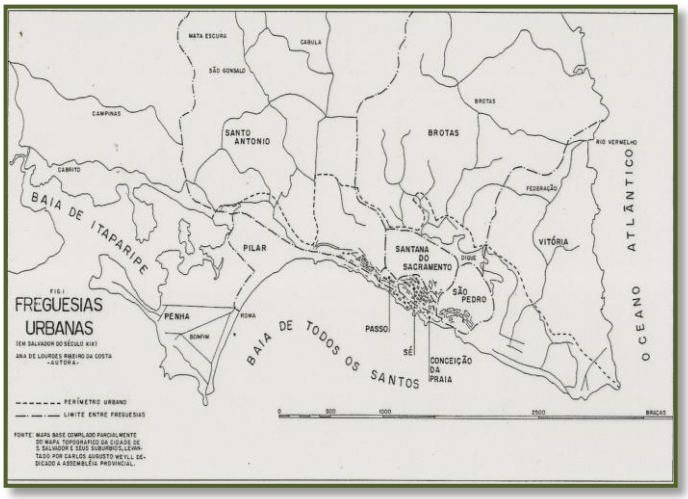


Figura 2: Freguesias Urbanas
Fonte: FERNANDES, 1992, p.111.

É importante destacar que é no segundo distrito (mais rural) da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo que está localizado o Cabula.

Em 1891 Salvador ganha uma nova organização territorial. Para Ruy apud Fernandes (1992) a promulgação da Carta Magna da República e a Constituição do Estado tiveram como consequência a aprovação da primeira lei baiana de organização dos municípios. Nesta lei estava posto que os municípios estivessem divididos em distritos e estes, por sua vez, em quarteirões.

Em aproximadamente 40 anos (1891-1938) a cidade passou por algumas leis que instituíram distritos, que os agruparam em circunscrições escolares, os classificaram de várias formas. Finalmente, em 1920 a cidade estava dividida em vinte distritos de paz classificados como distritos urbanos e suburbanos.

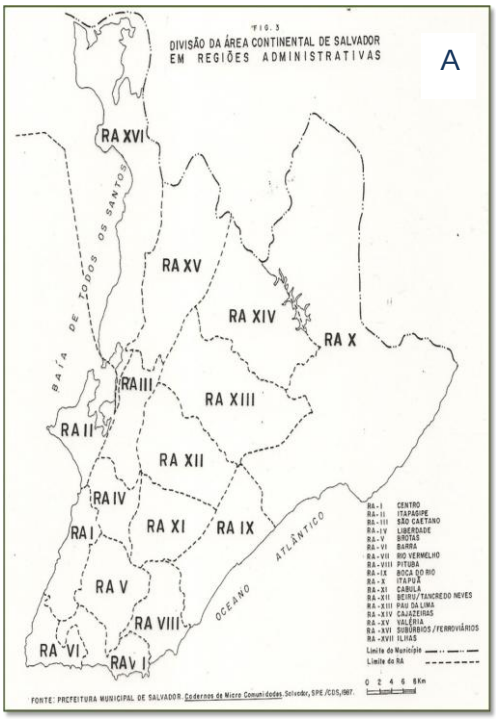
Somente em 15 de junho de 1960, através da Lei Nº 1038 *apud* Fernandes (1992), o então prefeito faz algumas alterações na regionalização soteropolitana e é nesta que o termo bairro aparece pela primeira vez em documento oficial. A partir desta lei o município de Salvador passaria a ter apenas quatro distritos, já que Candeias havia se emancipado. Cada distrito passaria a ter sua subdivisão em zonas urbanas, suburbanas e rurais.

Em outros termos, a primeira e até então, última delimitação oficial de bairros feita para Salvador data do ano de 1960. Em cinquenta anos percebemos grandes mudanças no tocante à configuração urbana do município. Algumas áreas se consolidaram, outras começaram a ser ocupadas, outras não tiveram tantas modificações. O fato é que nesse período a referida divisão de bairros em Salvador se tornou obsoleta.

Atualmente a regionalização utilizada pela PMS é aquela que divide a cidade em Regiões Administrativas (RAs). Essa delimitação é endossada no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2004. Nele as RAs ganham uma nova formatação (atualização da divisão feita na década de 1980).

> O processo de formação das Administrações Regionais, já havia sido idealizado desde a década de 1970, pelo Grupo de Trabalho criado pelo prefeito Jorge Hage para fazer o Plano de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB) para Salvador. O referido processo, contudo, só se institucionalizou com a aprovação da Lei 3668 de 28 de novembro de 1986 sendo que foi através do Decreto 7791 de 16 de março de 1987, que a Prefeitura regularizou a implantação e definiu a área de cada uma das dezessete Regiões Administrativas. (FERNANDES, 1992, p. 130)

A seguir uma representação do que seria a regionalização em RAs na década de 1980. Nesta pode-se perceber as dezessete RAs citadas anteriormente e a atual delimitação das RAs na qual o território continental ganha mais uma divisão. Atualmente, ao invés de dezessete regiões, Salvador passa a contar com dezoito áreas. (Figura 3 A e B)



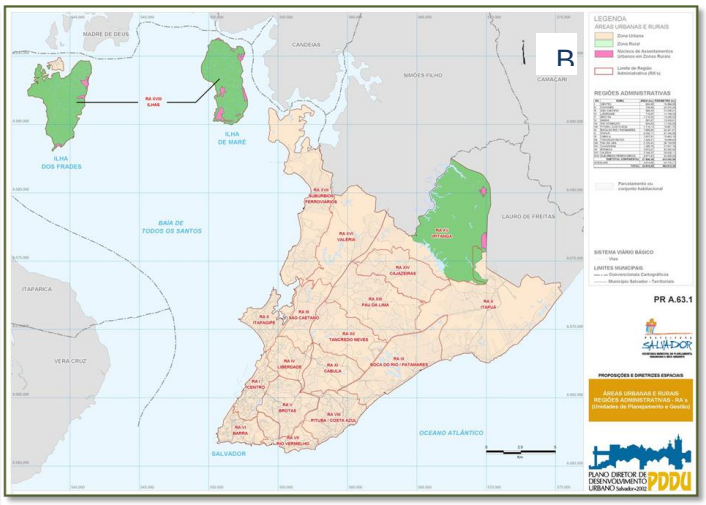


Figura 3A: Divisão do território de Salvador em Regiões Administrativas
Fonte: FERNANDES, 1992, p. 137.
Figura 3B: Divisão do território de Salvador em Regiões Administrativas
Fonte: PDDU 2004

Não é apenas a prefeitura de Salvador que possui uma regionalização própria para por em prática as suas políticas. Outros órgãos (em instâncias de atuação diferenciada: municipal, estadual e federal, além de empresas privadas), também utilizam regionalizações específicas a fim de facilitar a sua operação.

Pelo que é possível observar, as regionalizações feitas por estes diferentes órgãos não estão, se quer, próximas. Essas regionalizações não possuem uma lógica comum.

É fato que essa ultrapassada delimitação oficial dos bairros dificulta, porém não impossibilita a atuação dos profissionais, afinal as correspondências chegam aos seus destinos, os censos foram realizados durante todo esse tempo, a distribuição de água e energia ocorre sem maiores transtornos e as obras públicas são realizadas nos locais onde são propostos.

Por outro lado, a falta de uma unicidade de regionalizações impossibilita que qualquer cidadão possa reunir informações sobre certa área. É impossível fazer o estudo com total precisão de dados, pois as bases territoriais são diferenciadas. A seguir podemos perceber um emaranhado de linhas formado pelas regionalizações atualmente usadas em Salvador: (Figura 4)

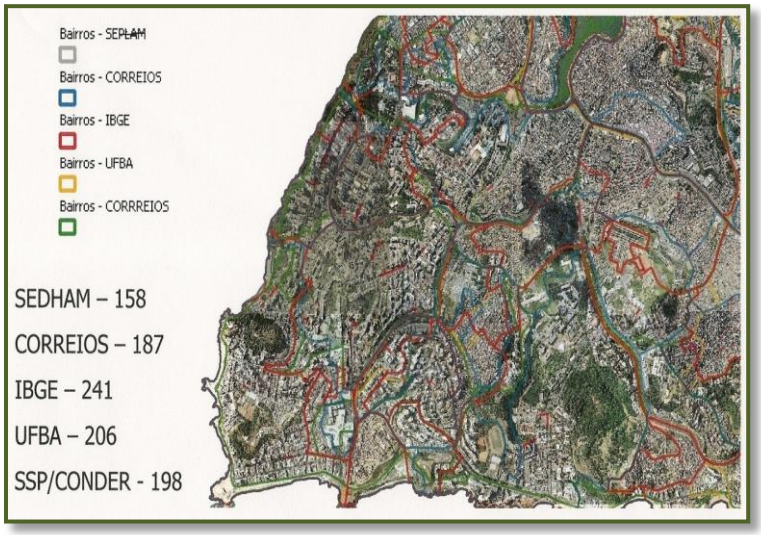


Figura 4: Regionalizações utilizadas em Salvador
Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador/SMA.

- **Os “Cabulas” de Salvador**
  - **Confrontando as propostas de 1992 e de 2010 acerca dos limites do Cabula**

Na atual delimitação de bairros de Salvador, ao contrário da que foi realizada em 1960, toda a cidade está contemplada com subdivisões. Muitas áreas da cidade, hoje consolidadas, se tornaram bairros. Uma dessas áreas que se consolidaram dentro do cenário soteropolitano foi o Cabula, foco deste estudo.

Que muitas áreas cresceram em termos populacionais e em oferta de serviços são fatos que não podem e nem devem ser negados, porém, será que localidades onde foram construídos alguns conjuntos ou até um único conjunto habitacional pode ser elevado à categoria de bairro?

O Cabula delimitado por Fernandes em 1992[4] compreende tanto a área do atual Cabula como a área de outros bairros atualmente delimitados (Resgate, Saboeiro, Narandiba e Doron). Estes poderiam constituir, juntos, um mesmo bairro, porém, pela nova delimitação cada área é um bairro diferente.

Mesmo desvinculando essas áreas do que seria o Cabula, o bairro ainda continua com uma grande área territorial, grande parte dela formada pelo 19º Batalhão de Caçadores (19º BC). Na figura a seguir é possível observar a poligonal traçada em 2000 (atualização baseada nos setores censitários de 2000) e a atual poligonal do bairro do Cabula.

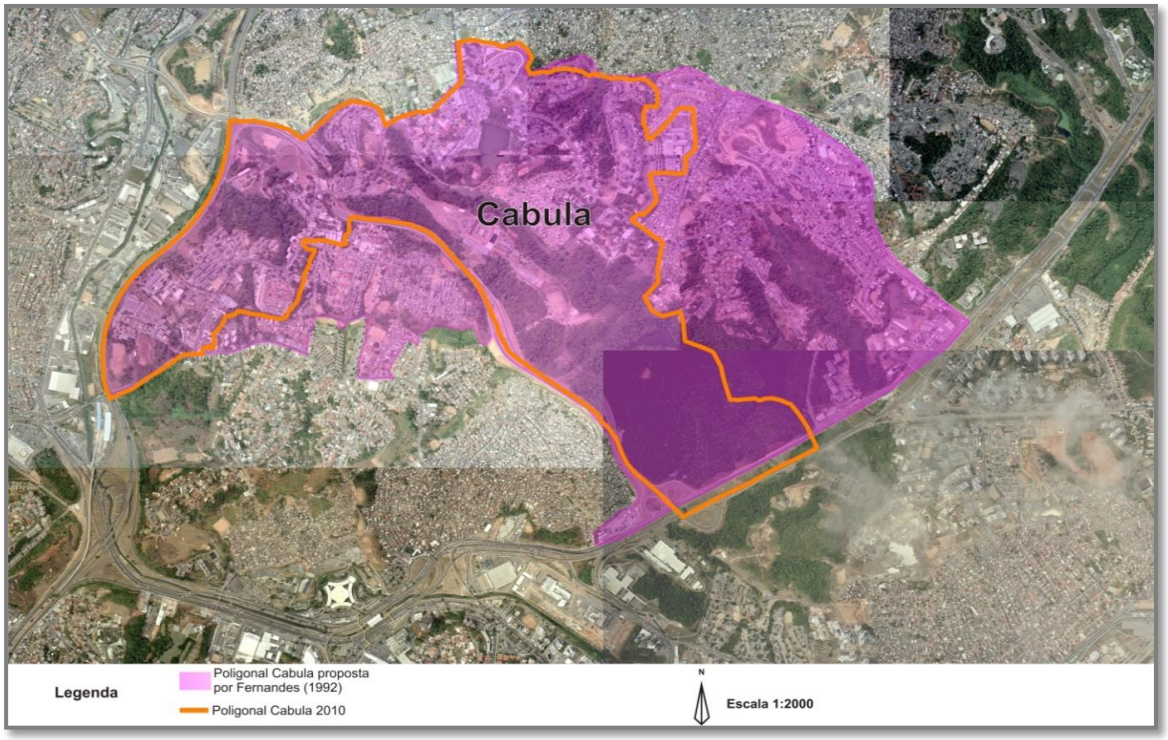


Figura 5: Delimitação proposta por FERNANDES (1992) – atualização (2000) e atual delimitação do Cabula (2010).
Fonte: Produzida pela autora com base em FERNADES (2000); SANTOS, PINHO, MORAES e FISCHER (2010) e aerofotos de Salvador (2006).

[4] A delimitação de Fernandes (1992) pertence a sua dissertação de mestrado, porém em 2000 o IBGE atualiza a divisão dos setores censitários da cidade e devido a isso a autora estende essa atualização para suas pesquisas. Em 2000 (defesa da tese de doutorado), a qual é publicada como livro em 2003 e já constam os mapas atualizados.

A área que não foi incorporada ao Cabula foi subdividida em 4 bairros. Estes podem ser observados na figura a seguir que faz uma superposição do(s) Cabula(s), espacializa também estes quatro bairros, além de adicionar o bairro de Pernambués, que tem uma pequena parte de sua área inserida na poligonal do Cabula de 2000.

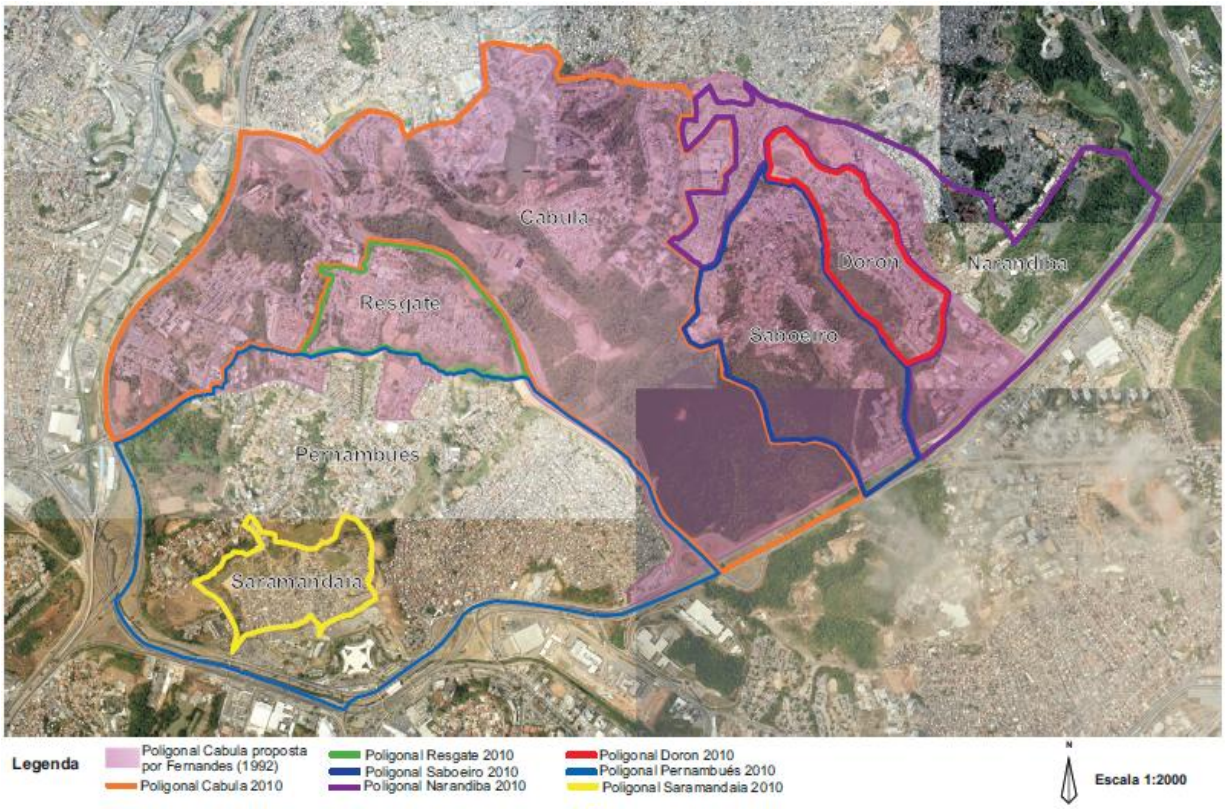


Figura 6: Delimitação proposta por FERNANDES 2000, atual delimitação do Cabula e bairros adjacentes.
Fonte: Produzida pela autora com base em FERNADES 2000; SANTOS, PINHO, MORAES e FISCHER, 2010 e aerofotos de Salvador do vôo de 2006.

O questionamento que se faz a essa subdivisão está diretamente ligado ao respeito dos próprios critérios apontados como ideais para a delimitação dos bairros e também se esses são os melhores critérios a serem adotados.

Dentro dessa configuração o Doron e o Resgate são emblemáticos. O Doron é um conjunto habitacional, o maior construído na região do Cabula e justamente por possuir uma grande quantidade de unidades habitacionais atraiu serviços (como pequenos comércios) e houve a necessidade também de implantação de escola e unidade básica de saúde, por parte do poder público, nas imediações do conjunto.

O Resgate, por sua vez, é constituído por uma “rua sem saída” e nas suas margens foram sendo construídos alguns conjuntos com um padrão construtivo melhor e voltados para uma faixa de renda maior que os construídos nas outras áreas do Cabula.

Esses locais, assim como Narandiba e Saboeiro, poderiam ser denominados de localidades do bairro do Cabula. Essa categoria está prevista na nova delimitação de bairros e se enquadra nessas áreas. As localidades de bairro, segundo Adalberto Bulhões[5], seriam áreas consolidadas e conhecidas que não atendiam aos critérios para serem definidos como bairros.

Para ser considerada bairro, uma área deve atender a pelo menos 4 dos 5 critérios elencados para a definição de um bairro, sendo que o sentimento de pertencimento é obrigatório dentro de uma comunidade. A seguir, um quadro comparativo com os critérios utilizados nas delimitações de 1992 e de 2010:

Critérios apontados para a definição do bairro do Cabula	
1992	2010
Considerar a noção comunitária	Pertencimento da comunidade
Não desrespeitar as divisões oficiais (ZI's e RA's) da época	Existência de unidade escolar de ensino fundamental (a partir da 6ª série) pública, comunitária ou privada
Respeitar os setores censitários	Existência de unidade de saúde (pública, comunitária ou privada) de atendimento geral ou especializado
-------	Existência de um logradouro hierarquizado como via coletora (ou equivalente em porte/capacidade de fluxo) ou superior
-------	Disponibilidade de transporte público seja por ônibus ou micro-ônibus, desde que regulamentado

Fonte: Construída pela autora, com base em FERNANDES (1992) e no Projeto de Delimitação de Bairros (2010)

Apesar de mais criteriosa, a proposta de 2010 se comunica com a proposta de 1992 pelo fato de possuírem um critério em comum, a idéia do pertencimento. A proposta de 2010 considera a importante questão dos equipamentos para a delimitação de um bairro, porém não faz menção alguma aos setores censitários ou a qualquer outro tipo de regionalização oficial o que, ao contrário desta, faz a proposta de 1992.

Um questionamento importante a ser feito a respeito da delimitação de bairros em 2010 é o fato da omissão de um dos cinco critérios apontados como ideais para a delimitação. É fato que os pontos elencados como critérios são de extrema importância para que a comunidade de um bairro possa realizar as suas atividades

[5] Assessor Chefe da Assessoria Estratégica de Gestão da Superintendência de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Salvador

quotidianas com maior facilidade e conforto. Dessa forma, como afirmar que uma comunidade pode viver sem um desses serviços?

Uma localidade cuja população possuísse sentimento de pertencimento, equipamento de saúde, equipamento de educação, via coletora ou equivalente, mas não fosse servida de transporte público, seria definida como bairro. Seguramente essa definição é questionável, afinal o transporte público é vital dentro do sistema de mobilidade de uma cidade, ele facilita o trânsito de pessoas por meio das conexões viárias. O mesmo questionamento vale para a falta de qualquer outro serviço listado como critérios nessa nova delimitação.

Para um melhor entendimento a respeito das vias coletoras e das demais definições das vias urbanas, a busca no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) revela importantes conceitos:

> VIA DE TRÂNSITO RÁPIDO - aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível.
> VIA ARTERIAL - aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade.
> VIA COLETORA - aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade.
> VIA LOCAL - aquela caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas. (Código de Trânsito Brasileiro, Anexo I, 1997, s.p.)

O critério relacionado à via coletora ou equivalente é muito importante, pois trata de conectividade, porém esse critério perde um pouco de sua credibilidade já que a última vez que Salvador teve as suas vias hierarquizadas foi em 1984 na Lei de Ordenamento e Uso do Solo Urbano de Salvador (LOUOS), na qual é possível perceber discrepâncias, se comparada com a realidade atual da cidade.

Um exemplo claro dessas discrepâncias é o fato de a Avenida Luis Viana Filho (Avenida Paralela) estar classificada na LOUOS de 1984 como uma via expressa, o que equivale à de trânsito rápido na definição do CTB. Se analisada com um pouco de cautela, hoje, a citada avenida não corresponde a uma via expressa. Ela não possui trânsito livre, é semaforizada (diminuindo a velocidade que se traduz numa menor fluidez) e possui travessia de pedestres em nível (faixas de

pedestre). Esses problemas de classificação, provavelmente, se estendem a toda a cidade.

Outra questão intrigante no bojo dessa discussão é o que se chama de sentimento de pertencimento. Por ser algo abstrato não é possível medir, é algo relativo. É inegável que as pessoas se sentem “pertencentes” a um local, especialmente se o local de moradia é agradável, é seguro, ou há relações de vizinhança estabelecidas ao longo dos anos.

Por outro lado esse conceito é um tanto perigoso e trouxe problemas para a definição dos limites dos bairros. Por exemplo, uma localidade com uma população de alta renda, com padrão habitacional alto, que tem como vizinhança uma área de ocupação precária, onde a população possui baixa renda e é vista muitas vezes como um local perigoso (como é comum em Salvador), é uma situação geradora de futuros conflitos, pois a vizinhança de uma localidade lhe confere um *status,* o que interfere no valor.

Como contribuição, ao finalizar essa análise, destacam-se algumas propostas que podem vir a ser subsídio para novos trabalhos desta natureza. De início salienta-se a importância de seguir rigorosamente os critérios elencados na delimitação de um bairro, avaliando-se, é claro, caso, a caso a depender das especificidades.

É fundamental que nenhum dos critérios seja descartado em todas as localidades, já que, como dito anteriormente, tratam-se de serviços de vital importância para uma comunidade.

Outro ponto importante é a subjetividade implícita nesta delimitação de bairros. É indiscutível que o sentimento de pertencimento existe e deve ser levado em consideração, pois as pessoas são peças fundamentais na construção da cidadania e da participação.

Há que se tomar cuidado com a hierarquia, com a importância dada a essa questão do pertencimento, pois as forças atuantes dentro da cidade seguem uma lógica mais ampla, que é a capitalista, e por isso essas relações são desiguais. Dessa forma, algumas comunidades possuem um “poder” de voto e barganha muito maior que outras.

- **Conclusão**

Após perpassar por conceitos fundamentais como espaço (absoluto, relativo e relacional) e bairro, percebemos que estes foram fundamentais para uma fundamentação bem construída das críticas ao projeto que resultou na delimitação da área que fora denominada bairro do Cabula.

Ao relembrar as regionalizações que Salvador já possuiu, foi possível entender a complexidade inserida na questão da delimitação de áreas. Delimitar é definir limites, porém com uma intencionalidade, com um propósito.

Esses conceitos e histórico alertam para uma questão importante que pode ser percebida durante a análise do projeto de delimitação de bairros de 2010. A questão da vizinhança e seu *status*. Para que a definição de limites não se baseie apenas na questão do valor relacional de uma localidade, os critérios de definição dos bairros devem ser pensados cuidadosamente de maneira a não ratificar as injustiças existentes no tocante à ocupação do solo urbano.

Dessa forma, esperamos que o resultado dessa delimitação não seja o mapa do valor do solo, mas configure-se como bairros compostos de áreas mais e menos valorizadas, afinal Salvador possui grandes desigualdades no que diz respeito à distribuição de renda e a ocupação do solo demonstra este fato de forma bem clara.

A idéia de pertencimento, colocada como sustentáculo dessa delimitação, é fundamental para a formatação dos bairros, porém não deve ser tida como definidora, pois é frágil. Ela corrobora para a efetivação de uma configuração baseada no valor e não em princípios técnicos.

Apesar das críticas tecidas neste trabalho, há que se ressaltar a importância da iniciativa de delimitar os bairros em Salvador, uma cidade complexa no tocante à configuração do tecido urbano.

Mesmo que a delimitação de bairros estivesse perfeita seria importante avaliar com profundidade o trabalho realizado a fim de buscar a excelência, a fim de fazer com que ele possa contribuir para a promoção da equidade social.

A partir das questões tratadas neste trabalho, algumas medidas são colocadas como sugestões para contribuir com o tema abordado e em consequência para a promoção dessa equidade social. Entende-se que a realização de atualizações periódicas é de fundamental importância para que a delimitação de bairros não se torne obsoleta com o passar do tempo.

Outras atualizações são importantes também, como por exemplo, a atualização na hierarquização do sistema viário da cidade, já que esta serve de base na definição de um dos critérios citados na delimitação dos bairros.

É importante que nas próximas atualizações os critérios definidores sejam mais rigorosos, ainda que a população seja consultada e suas opiniões sejam devidamente consideradas, afinal vivemos numa democracia, e os projetos ligados ao setor público devem atender às demandas da sociedade como um todo.

- **Referências**

BARCELLOS, Vicente Quintella. **Unidade de vizinhança**: notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/edicao2001/unidade/unidade.htm> Em 17 de maio de 2010.

BRAGA, Rhalf Magalhães. **O espaço geográfico**: um esforço de definição. *In:* **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 22, pp. 65 - 72, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp22/Artigo_Rhalf.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.

BRASIL, **Código de Trânsito Brasileiro**, Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/bit/trodo/codigo/index.htm> Em 01 de agosto de 2010.

FERNANDES, Rosali Braga. Periferização Sócio-espacial em Salvador: análise do Cabula, uma área representativa. Salvador, 1992. Dissertação (Mestrado) – FAU-UFBA, 1992.

_____. Las políticas de La vivienda em La ciudad de Salvador e los processos de urbanización popular em El caso del Cabula. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003

FERREIRA, Marcílio Mendes. GOROVITZ, Matheus. **A invenção da superquadra**: o conceito de unidade de vizinhança em Brasília. Brasília, D.F.: Iphan, 2008

LIMA, Jamile de Brito. **Os "Cabulas" de Salvador:** confrontando as delimitações de 1992 e de 2010. Monografia (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

PENA, João Soares. **A especulação imobiliária chega à periferia urbana de Salvador**: origens e perspectivas do Cabula na perspectiva da habitação. Monografia (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia. **O Caminho das Águas em Salvador**: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.